

4

Algumas razões para entender as mudanças no pensamento da CEPAL entre 1950 e 1990

Esse capítulo pretende compreender as mudanças que ocorreram no pensamento da CEPAL na última década, observando-se o quanto de continuidade ou ruptura existe entre a agenda da década de 1990 e os primeiros anos de trabalho da instituição (1948-1959), quando, sob a liderança de Raúl Prebisch, foram formuladas as principais teses sobre comércio internacional, industrialização, inflação, etc.

Para fazer este capítulo foram realizadas quatro entrevistas, duas com pessoas que estão trabalhando na CEPAL e outras duas com pessoas que já passaram pela organização. Em Brasília, tive a oportunidade de entrevistar Renato Baumann, diretor do escritório da CEPAL no Brasil, e Ricardo Bielschowsky*, oficial de assuntos econômicos da CEPAL. Os outros dois entrevistados foram Gerson Gomes, que trabalhou na CEPAL entre 1966 e 1971 indo em seguida para a FAO¹, encontrando-se atualmente na assessoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e Maria da Conceição Tavares, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora associada da Universidade de Campinas (UNICAMP) e ex-deputada federal (PT-RJ). Assim, é possível se contrastar as análises sobre as transformações da CEPAL a partir de dois ângulos diversos, um interno e outro externo. Deve-se ressaltar que estas entrevistas não seguiram um padrão uniforme, com cada entrevistado chamando a atenção para diferentes aspectos que contribuem para o entendimento das modificações na produção da CEPAL nos últimos anos.

Meu objetivo era obter diferentes enfoques sobre as mudanças ocorridas na CEPAL, tanto em nível institucional quanto no âmbito do pensamento cepalino. A

* Ao contrário das outras, a entrevista com Bielschowsky não foi gravada. A maior parte de suas declarações foi retirada de seu artigo “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-uma resenha” (ed.Record: 2000b). Quaisquer erros ou falhas no processo de transcrição das entrevistas são de minha inteira responsabilidade.

¹ A FAO (The Food and Agriculture Organization of the United Nations) foi criada em 1945 com o objetivo de liderar o esforço internacional de combate à fome. Apesar de ser um fórum neutro que atende todas as nações igualmente, a organização ajuda principalmente os países em desenvolvimento e em transição a modernizarem e aperfeiçoarem sua agricultura, suas práticas florestais e de pesca, e a garantir boa nutrição para todos.

motivação destas entrevistas era tentar entender porquê a produção cepalina da década de 90 não teve a mesma ousadia e impacto daquela surgida nos anos 50. Apesar da perversidade do nosso padrão de inserção internacional e do agravamento de nossa dependência, a CEPAL não conseguiria estruturar uma agenda continental contraposta à do receituário neoliberal. Como visto no capítulo anterior, o esforço de Fajnzylber conseguiu resgatar de certo modo a perspectiva histórica, mas suas propostas macroeconômicas não diferem muito daquelas encontradas no Consenso de Washington.

O capítulo está dividido em três seções: a primeira consiste numa breve apresentação de fatos e circunstâncias internas e externas que ajudam a compreender os novos rumos do pensamento da CEPAL; a segunda seção mostra uma visão sobre as transformações da CEPAL a partir das entrevistas de Bielschowsky e Baumann; e a última parte traz um olhar mais distante sobre essas mudanças, com base nas análises de Gomes e Tavares.

4.1

Fatores internos e externos responsáveis pelas transformações da CEPAL ao longo de sua trajetória

Desde o início dos anos 70, as transformações ocorridas no sistema econômico internacional fizeram com que a “utopia liberal” ocupasse, no âmbito das idéias na América Latina, o lugar que havia sido do “desenvolvimentismo” desde o pós-guerra. A ordem mundial projetada a partir de 1945 supunha a existência de mecanismos de planejamento e coordenação nos níveis mundial e regional, dando seqüência às tendências nacionais surgidas depois de 1930. A economia, as finanças, o comércio, a segurança, a política e o desenvolvimento seriam monitorados em todo o mundo através de organismos especializados encarregados de evitar situações de risco (Mallmann, 1999). De acordo com Ocampo, a criação da CEPAL,

“en el seno de las Naciones Unidas, fue parte de una activa etapa de construcción de una apropiada institucionalidad internacional en las postrimerías de la segunda guerra mundial y en los años siguientes. Partió de la profunda convicción de los líderes de aquellos años de que era necesaria esa institucionalidad como elemento fundamental para la construcción de la paz y el desarrollo mundiales” (Ocampo, 1998, p.11).

Nesse caso, seria natural que a CEPAL –uma organização destinada a pensar o desenvolvimento regional de modo planejado ou regulado, criada num ciclo regulatório em que a reorganização do capitalismo exigia a intervenção pública - passasse por uma fase de declínio num período de maior liberalização econômica (Mallmann, 1999). O modelo adotado pela América Latina nos anos 90 permitiu o crescimento dentro de certos limites internos (inflação, crise fiscal, crise política) e externos (ataques especulativos, restrição de financiamento macroeconômico externo, queda de preços internacionais de *commodities* estratégicas). A “saída” destes estrangulamentos continua passando pela recessão, ou pelo menos, por uma forte desaceleração, o que leva sempre ao agravamento da questão social, com o aumento do desemprego, e maior endividamento. O continente atravessou um período caracterizado por mini-ciclos de crescimento. A variação da taxa média anual do PIB latino-americano não foi uniforme: de 3,3% em 1991-92, de 4,8% em 1993-94, caindo para 1,8% em 1995-96, subindo para 3,7% em 1998. Analisando-se a situação dos países, os dados entre 1990 e 1998 mostram a magnitude da instabilidade que atinge a região. Neste período, cada país sofreu pelo menos duas crises ou fortes desacelerações: Argentina e Chile, duas; Brasil Colômbia e México, três; Peru e Venezuela, cinco (Cano, 1999).

Entretanto, não foram apenas as mudanças no contexto do sistema econômico internacional que tiveram impacto sobre a CEPAL. Transformações dentro da instituição também tiveram reflexos sobre a sua trajetória. É possível observar diferenças fundamentais entre o impulso teórico da primeira década –voltado para a compreensão do processo de acumulação e do ciclo sobre bases econômicas- e a produção dos anos 60, quando aquela explicação central passou para a análise sociológica e a análise econômica voltou-se mais para problemas operativos e setoriais de política econômica (Pedrão, 1988).

Já no final da primeira década diversos fatores abalaram o vigor criativo da CEPAL. O principal deles talvez tenha sido a desconstituição da equipe dos anos 50. De acordo com Pedrão,

“A equipe inicial começou a des gastar-se quando da elaboração do ‘Estudo do México, 1957’, que sofreu pressões do governo de Miguel Alemán. A desintegração continuou com a

ascensão ao poder de Romulo Bettancourt na Venezuela e com a saída de Jose Antonio Mayrobe. Aprofundou-se com a Revolução Cubana em 59 e com a saída de diversos economistas, levados por Regino Boti para colaborar com o novo governo. Coincidiu com as eleições de 58 no Chile e logo com a volta dos radicais ao poder na Argentina. Em 64 e 65 faleciam Jorge Ahumada, responsável pelo programa de capacitação, Carlos Oyarzun, pioneiro dos estudos de financiamento do desenvolvimento, e Julio Melnick, autor do primeiro manual de projetos e pioneiro dos estudos industriais. A euforia do planejamento no Brasil trouxe de volta Celso Furtado. Prebisch foi a uma experiência breve no Comitê dos Nove, da Aliança para o Progresso, e daí à Unctad. Ficava desmantelada a equipe da década de 50” (Pedrão, 1988, p.47).

Em 1960, o surgimento do ILPES² fez com que Prebisch e uma parte da equipe da CEPAL se trasladassem para o novo instituto que, em pouco tempo, se fragmentaria com a saída de Prebisch e com a subordinação de sua política de trabalho às demandas dos governos latino-americanos. Houve uma diminuição dos trabalhos de índole teórica na CEPAL e no ILPES. Além disso, a maioria deles passou a debater aspectos conjunturais da problemática da região, devido a uma redução gradual das análises sobre os problemas estruturais do desenvolvimento da América Latina. Isso ocorreu em virtude das pressões dos próprios governos do continente, que não desejavam uma linguagem de confronto que pudesse dificultar sua diplomacia continental (Pedrão, 1988).

A produção intelectual do sistema CEPAL (abrangendo a CEPAL e o ILPES) passou a sofrer os efeitos da burocratização, da penetração informal de objetivos político-partidários³ e com uma crescente imobilidade teórica para lidar com os problemas estruturais transmitidos pelo quadro da conjuntura econômica. Assim, deve-se ressaltar o contraste entre o dinamismo na produção do pensamento teórico com a rigidez das propostas de análise aplicada. Tais propostas passaram por processos de simplificação e redução a partir do momento em que foram objeto de cópias e de resumos em diversos países, com o suposto propósito de facilitar seu acesso a um maior número de estudantes, em cursos de menor duração. Segundo

² Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social. O objetivo do ILPES deveria ser a prestação de assessoria direta ao planejamento dos países latino-americanos (Pedrão, 1988).

³ As vertentes políticas que mais disputaram espaço na CEPAL foram a social-democracia, em suas diversas tonalidades, e a democracia cristã, a primeira mediante afinidades pessoais e a segunda refletindo as pressões da democracia cristã chilena em busca de posições que pudessem beneficiar suas pretensões políticas no Chile. Os grupos ou correntes de inspiração marxista sempre foram minoritários, se debilitando ainda mais nas décadas de 60 e 70, com o avanço dos governos conservadores no continente (Pedrão, 1988).

Pedrão, “este procedimento levou a crescente dogmatização e eliminação do conteúdo crítico dos textos originais (...)” (Pedrão, 1988, p.48) ⁴.

Observa-se que as mudanças institucionais atravessadas pela CEPAL começaram no final de sua primeira década de funcionamento. A elas se somaram as transformações do sistema capitalista internacional a partir de 1973, que marca o início do longo ciclo recessivo da economia mundial. Porém, este novo período teve um impacto ainda maior para a CEPAL devido ao golpe militar de 11 de setembro de 1973, que derrocou o governo constitucional de Salvador Allende e inaugurou no Chile a primeira experiência neoliberal do mundo. Este fato teve consequências não apenas sobre o pensamento cepalino, mas também ameaçou a própria existência da organização. Durante o regime militar (1973-1989), a sede da CEPAL em Santiago perderia uma de suas principais qualidades, que era seu poder de convocatória da intelectualidade latino-americana⁵.

Todos esses fatores foram agravados pela crise da dívida externa nos anos 80 e pela consolidação da agenda liberal ao longo da década de 90, fazendo com que a América Latina se encontrasse órfã de um pensamento econômico próprio com ressonância prática. Diante deste quadro, Mallmann conclui:

“Assim, por um lado, o surgimento da CEPAL e, por outro, o seu cinquentenário, constituem-se em marcos de um período repleto de acontecimentos potencialmente transformadores que reeditam antigos problemas estruturais irresolutos e, ao mesmo tempo proscovem as alternativas de soluções passadas” (Mallmann, 1999, p.160).

A publicação da TPE (Transformação Produtiva com Equidade) provocou reações adversas entre aqueles que sempre se ocuparam dos problemas relativos ao desenvolvimento latino-americano. Enquanto alguns acharam que esta era a única resposta possível diante da ofensiva liberal, outros se questionaram se era apenas aquilo que a CEPAL tinha a dizer num momento em que a América Latina

⁴ Entre 1970 e 1972, Prebisch voltaria ao sistema CEPAL como diretor geral do ILPES. Neste período tentou remodelar os cursos, cada vez menos críticos, da organização (Pedrão, 1988).

⁵ Em plena crise do governo Allende, a CEPAL promoveu um encontro no Chile que foi antipaticamente batizado de “reunião dos intelectuais do Terceiro Mundo”, cujo objetivo era procurar uma alternativa aos processos políticos polarizados pelos EUA e pela URSS. Independentemente de seus resultados práticos, o evento reiterou a importância do papel da CEPAL na busca de novas idéias e soluções (Porto, 1999).

atravessava transformações tão decisivas quanto as que estiveram na origem do Manifesto de 1949.

Fajnzylber, por exemplo, perguntado sobre algumas coincidências da proposta cepalina com o pensamento neoliberal, respondeu que tais semelhanças seriam mais de forma do que de conteúdo, apontando diferenças fundamentais entre ambas. Rosenthal, ex-secretário-executivo da CEPAL, além de sustentar que as reformas liberalizantes preparavam nossos países para uma melhor inserção internacional, propunha uma análise mais voltada para as condições internas do desenvolvimento no lugar do antigo enfoque sobre as restrições externas. Entretanto, Maria da Conceição Tavares e Plínio de Arruda Sampaio Jr. tiveram outra reação. Tavares acredita que as condições do subdesenvolvimento latino-americano haviam se modificado para pior em decorrência da mudança radical de nossa inserção internacional. Por isso, ela defende que a crítica ao sistema monetário internacional feita por Prebisch seja retomado num nível mais profundo do que havia sido feito recentemente pela CEPAL. Já Arruda Sampaio Jr. afirma que o neo-estruturalismo cepalino seria o braço latino-americano do neoliberalismo. O novo pensamento da CEPAL iria de encontro ao objetivo de Prebisch ao renunciar às características nacionais do desenvolvimento, subordinando-o passivamente aos imperativos da globalização. Ao contrário de Fajnzylber, ele acredita que as diferenças entre as novas propostas da CEPAL e as do neoliberalismo são muito mais de forma do que de conteúdo (Corazza, 1999).

Por fim, há pessoas como o último secretário-executivo da CEPAL, Jose Antonio Ocampo, que enxergam alguns pontos de continuidade entre a época inicial da história da CEPAL e sua produção dos anos 90. Em ambas se presenciaria as primeiras etapas de uma nova fase de desenvolvimento regional. No final da década de 40 estava ocorrendo a transição de economias agro-exportadoras para um modelo de industrialização *hacia dentro* que, todavia, se encontrava num período “espontâneo”. Caberia à CEPAL elaborar uma visão mais articulada sobre a forma de ordenar e promover aquele processo em curso, além de articular as ações privadas e públicas voltadas para tal fim. Nos anos 90, observar-se-ia a transição de economias

com elevada intervenção estatal para economias nas quais prevalecessem o jogo das forças de mercado⁶ (Ocampo, 1998).

4.2

Entrevista com Ricardo Bielschowsky

Bielschowsky (2000b) reconhece que a partir de 1973/74 a CEPAL entrou numa nova etapa, na qual as circunstâncias históricas lhe retiraram parte de sua capacidade anterior de influenciar o pensamento econômico da América Latina. O fim do ciclo expansivo mundial determinou o começo de um período completamente novo da história regional. Desde então os países do continente atravessam uma longa fase de instabilidade macroeconômica, que foi concomitante a uma presença crescente do setor financeiro no centro do cenário econômico. Obviamente que as análises de longo prazo, que são a área de excelência da CEPAL, ficaram tolhidas pelos problemas de curto prazo. Somente nos anos 90, o enfoque histórico e longo-prazista seria recuperado.

Para Bielschowsky (2000b), outros dois fatores causaram forte impacto sobre a CEPAL. O primeiro se refere à diminuição do espaço político na região: além do regime de Pinochet, a organização enfrentava a antipatia ostensiva de outras ditaduras, a exemplo da argentina e da uruguaia, cujas ideologias eram opostas à da CEPAL. Por último, verificava-se em todo mundo a decadência gradual da teoria do desenvolvimento, seguindo o declínio do keynesianismo. Isso ocorria após um longo período em que a temática do desenvolvimento integral, que abrangia as esferas econômica e social de forma conjunta, esteve no centro das preocupações das diferentes agências da ONU⁷, tendo sido objeto de centenas de *papers*, documentos, seminários, congressos, etc.

Durante os anos 70, a CEPAL insistiria na necessidade de reforçar a industrialização e as exportações como mecanismo de enfrentar as dificuldades de

⁶ Trata-se de um exagero de alguns liberais a comparação entre as economias latino-americanas e o modelo das economias planificadas do Leste Europeu, como se o modesto grau de estatização a que se chegou em nosso continente pudesse ser equiparado às formas de planejamento, regulação e gerenciamento central existentes nos antigos países do bloco comunista.

⁷ Para se ter uma idéia da força da ideologia desenvolvimentista, as Nações Unidas e o governo norte-americano declararam os anos 60 como a “década do desenvolvimento” (Fiori, 1999).

inserção internacional. Ademais, a organização criticaria o modelo de abertura comercial e financeira que estava sendo feita nos países do Cone Sul, além de alertar quanto aos riscos do endividamento generalizado na região. Segundo Bielschowsky, a crise da dívida externa nos anos 80,

“deslocaria finalmente a um segundo plano a produção desenvolvimentista, e o esforço intelectual central passaria ao plano que se impunha historicamente, o da oposição à modalidade de ajuste exigida pelos bancos credores e pelo FMI. Como é óbvio, em condições de inviabilidade de crescimento, o espaço e o interesse pelas discussões de longo prazo eram limitados. A primazia passava às questões imediatas ligadas a dívida, ajustes e estabilização. (...) A ênfase no ajuste colocaria a perspectiva histórica em posição secundária na produção cepalina dos anos 1980 (...)” (Bielschowsky, 2000b, p.58).

As reformas da década de 90 -que incluíram a abertura comercial e financeira, privatizações e flexibilização laboral- conformaram um novo modelo de comportamento dos agentes produtivos e da relação entre estes e o Estado. A CEPAL não se opôs à onda de reformas. Ao contrário, tendeu a apoiá-las desde que subordinadas a uma estratégia reformista que fosse capaz de maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longo prazos. A TPE e os outros documentos possibilitaram a revitalização do debate sobre as questões de longo prazo, permitindo que a CEPAL retomasse as discussões sobre progresso técnico e distribuição da renda. Além disso, a agenda dos 90 passou a discutir a forma como se deveria redefinir a estratégia de intervenção estatal nos novos marcos regulatórios que, independentemente da vontade da CEPAL, estavam sendo introduzidos em toda a América Latina (Bielschowsky, 2000b).

Bielschowsky (2000b) aponta duas questões em aberto nos textos dos anos 90. A primeira se refere à falta de um detalhamento dos processos reais concretos através dos quais a estratégia de inserção internacional, pela via do progresso técnico, poderia materializar-se. Faltou uma diferenciação entre as estratégias dos países que apresentavam capacidade potencial de expandir pela via das exportações daqueles cujo maior mercado interno e maior nível de industrialização indicavam a conveniência de continuar perseguindo estratégias de tipo *growth-led exports*. A segunda estava relacionada com o tratamento insuficiente da relação problemática entre progresso técnico, emprego e distribuição de renda. Tal questão representava

um imenso desafio teórico devido à vinculação entre os índices crescentes de subemprego e desemprego tecnológico com o aumento da produtividade e seu impacto sobre a equidade.

Da mesma forma que Ocampo, Bielschowsky (2000b) enxerga certa analogia histórica entre o que se passava nos tempos dos estudos iniciais da CEPAL com o que ocorreu nos anos 90. Nos anos 50, os cepalinos estudaram as mudanças no padrão de acumulação da região, que transitava do modelo primário-exportador para o urbano-industrial. Já nos anos 90, a agenda cepalina voltou seu foco para as transformações geradas por outra mudança no modelo de acumulação regional, que desta vez passava pela reorientação dos marcos regulatórios, por intermédio da liberalização dos mercados e pela reforma do Estado, processada através de um enorme programa de desestatização. Entretanto, a orientação da TPE reconhece que na América Latina ainda existe a necessidade de um conjunto de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento, “(...) em função das peculiaridades das estruturas produtivas, da organização de mercados e, não menos importante, da configuração das sociedades nos países da região” (Bielschowsky, 2000b, p.68).

De acordo com Bielschowsky (2000b), o “neo-estruturalismo” cepalino foi uma tentativa de adequar os princípios fundamentais do estruturalismo às circunstâncias da época. Era uma forma de adaptar as análises e as políticas de desenvolvimento aos novos tempos de abertura e globalização. Entretanto, toda a agenda de reflexão que se seguiu a partir da publicação da TPE, em 1990, teve uma orientação essencialmente “normativa”. Em certo sentido, “(...) o direcionamento adotado representou um uso limitado do principal ativo intelectual cepalino, que é o método histórico-estruturalista” (Bielschowsky, 2000b, p.68).

Na entrevista que me concedeu em Brasília, Bielschowsky afirmou que a estratégia da TPE foi sutil devido ao contexto pouco favorável às proposições cepalinas. Na realidade, a TPE representou uma tentativa da CEPAL de atualizar sua agenda para aquele momento (1988/1990), no qual o pensamento liberal era hegemônico em toda a América Latina. Ou seja, dez anos antes que as contestações ao modelo neoliberal ganhassem força no mundo, o que só ocorreria a partir da crise asiática (1997) e dos protestos contra a Rodada do Milênio da OMC, em Seattle

(1999). Ele afirmou ainda que a CEPAL foi levada a usar uma linguagem muito comedida. Por fim, reconheceu que a TPE não foi uma agenda ousada, mas sim aquela tida como a agenda possível.

4.2.1

Entrevista com Renato Baumann

Baumann não acha que tenha havido uma descontinuidade entre a produção da CEPAL dos anos 50 e a das décadas posteriores. Ao observar os primeiros textos e os mais recentes, conclui que o eixo condutor é o mesmo: estão presentes preocupações com uma inserção internacional eficiente, com o crescimento com equidade, com a criação de estruturas para a propagação e absorção do progresso técnico, etc. Para ele, mesmo quando estes elementos não são abordados de forma explícita haveria certa coerência, um fio condutor desde o início. Talvez isso esteja mais nítido ao se comparar o Manifesto de Prebisch (1949) com o documento *Globalização e Desenvolvimento* (2002), embora em todos os textos haja essa preocupação constante.

Baumann afirma que os anos 70 e 80 têm que ser analisados com um olhar muito peculiar. Considera um azar que este período tenha vindo em seguida a um momento de muita riqueza propositiva. Talvez por isso mesmo o baque tenha sido mais forte, exatamente porque a CEPAL era vista como um núcleo de resistência propositiva, tanto no Chile como em outros países latino-americanos.

Alguns fatores ajudariam a explicar as mudanças no tipo de proposição da CEPAL. Em primeiro lugar, o fato de a organização ter atravessado um período de década e meia de luta pela sobrevivência. Em 1973, com a ascensão de Pinochet, o pessoal da CEPAL teve que sair do país por razões de segurança. A CEPAL teve dois funcionários assassinados e muita gente se exilou em sua sede. Segundo Baumann, as pessoas se acorrentavam no portão para não serem levadas pela polícia. Muitos funcionários da casa tinham vínculos com os governos anteriores, de Frei (Eduardo Frei Montalva, 1964-1970) e de Allende (Salvador Allende Gossens, 1970-1973). Além disso, boa parte da *intelligentsia* do continente não podia ir para a CEPAL. Naquele momento, o governo militar chegou a cogitar o fechamento da organização, e só não o fez devido à intervenção do então secretário-executivo da organização,

Enrique Iglesias. Iglesias teve que convencer os militares de que a permanência da CEPAL no Chile significaria a continuidade de ingresso líquido de divisas. Todos esses fatos demonstram que as condições objetivas da época eram muito adversas.

Outros dois fatores importantíssimos que contribuíram para as mudanças na produção cepalina foram o novo contexto econômico internacional e a nova orientação do governo dos EUA, a partir do início dos anos 80. Assim, esse longo período de sobrevivência, que começa com o golpe militar de setembro de 1973, se prolongaria durante o governo de Ronald Reagan, quando as contribuições dos EUA à ONU começaram a minguar. Esta nova relação dos EUA com o sistema das Nações Unidas não mudaria muito na década de 1990. De acordo com Baumann, entre 1994 e 1999, a CEPAL teve seu quadro reduzido em 1/3, devido aos cortes de custos da ONU.

Apesar de todas essas circunstâncias, a CEPAL continuou a trabalhar em temas tão importantes quanto as formulações anteriores como, por exemplo, sobre a questão do endividamento externo. Há uma série de textos dos anos 70 chamando a atenção para a questão da dívida externa, quando ainda não se falava nesse tema. Nos anos 80, o enfoque das análises cepalinas recairia sobre a renegociação da dívida e a retomada do crescimento. Nesse período, Baumann reconhece que o método histórico-estruturalista foi usado com menos intensidade do que tradicionalmente, o que não significa que ele tenha sido desconsiderado. Nessa época, em que pese a importância de ter chamado a atenção para esses temas, a voz da CEPAL desapareceria, abrindo espaço para que a ortodoxia abordasse os mesmos assuntos com um formato de apresentação mais aceito pela academia. Segundo ele, isso decorreu das fortes limitações (algumas internas) sofridas pela CEPAL em termos de acesso aos principais canais de vocalização destas preocupações. Um dos motivos que explica essa “submersão propositiva” foi o surgimento, sobretudo no Brasil, de programas de mestrado e doutorado, que retiraram da CEPAL sua “vantagem comparativa” no oferecimento de cursos de pós-graduação. Esta é talvez uma das razões pela qual o Brasil é um dos países onde menos se conhece o trabalho da CEPAL (de apoio técnico, de capacitação, etc), ao contrário de outros países da

América Latina e do Caribe, em geral menores, que demandam muito a assistência da organização.

No final dos anos 80 ocorreu o ressurgimento propositivo da CEPAL com a agenda da TPE, coordenada por Fajnzylber. A idéia de retomar o crescimento num contexto democrático, com menos regressividade na distribuição de renda, deu à organização um *leit motiv* que gerou vários trabalhos vinculados à temática da transformação produtiva (transformação produtiva e educação, transformação produtiva e meio ambiente, transformação produtiva e integração regional, etc). Segundo Baumann, como a década de 90 foi um período de muitas reformas houve uma postura de cautela propositiva por parte da CEPAL, a fim de se conhecer melhor o que estava acontecendo. Por isso as propostas foram pontuais, localizadas, feitas após um esforço de compreensão mais genérico, pois seria até irresponsável fazer proposições taxativas no momento mesmo em que as reformas estavam acontecendo⁸. Depois desse momento de prudência foi feito um enorme projeto de análise das reformas dos anos 90, envolvendo nove países (oito da América Latina e um do Caribe) para se avaliar quais foram suas características, o que tinha acontecido, o que havia dado certo, o que não havia, etc.

Baumann aponta os méritos do ex-secretário-executivo Gert Rosenthal, por ter dado oportunidade, ter sabido explorar o *leit motiv* da TPE. Foi ele quem, a partir do trabalho de Fajnzylber, pegou a proposta e deu-lhe status de proposição da casa, marcando efetivamente o ressurgimento da CEPAL. Porém, reconhece que o perfil de Rosenthal era o oposto de seu sucessor, Jose Antonio Ocampo, acadêmico brilhante, de uma erudição monumental, e que daria uma outra dimensão para a organização.

Ao ser questionado sobre o ineditismo da proposta de abertura comercial da CEPAL e o abandono da idéia de um “protecionismo saudável”, defendida em seus anos iniciais, Baumann disse que a organização foi injustamente acusada de protecionista. Segundo ele, mesmo nos textos de 1949 a ênfase era dada na necessidade de se conseguir uma inserção internacional eficiente. Entretanto, o estigma que ficou foi o de uma organização que defendia o protecionismo pelo

⁸ Baumann chama esta lógica de *building blocs*, ou seja, à medida que se vai conhecendo a realidade da região passa-se a compor os projetos, as agendas temáticas.

protecionismo, visando uma industrialização a qualquer custo, o que não é verdadeiro, nem correto.

Baumann discorda daqueles que vêem o planejamento na base do pensamento da CEPAL. Para ele, mesmo na época em que Celso Furtado e Osvaldo Sunkel produziram textos sobre o tema, nunca se fez uma apologia do planejamento perfeito; o mesmo era tido como uma ferramenta. Não faria sentido se falar de planejamento nos velhos moldes, mas enquanto metas, rumos, trajetórias e prioridades continua sendo válido. Em relação ao novo papel do Estado, afirma que o discurso da CEPAL sobre o assunto foi se atualizando, pois seria um contra-senso a organização continuar demandando um Estado dos anos 60 depois de toda uma década de privatizações.

Indagado sobre as semelhanças entre a TPE e o receituário do Consenso de Washington, Baumann considera tais análises parciais e injustas. A abertura multilateral era um dado da realidade e boa parte dos países da América Latina estava optando por esse caminho. Logo, não fazia nenhum sentido a CEPAL se opor à abertura em um momento em que já havia uma decisão política tomada pelas nações do continente. O que os textos da CEPAL fizeram foi recomendar certa cautela diante do processo em curso. Por exemplo, no período de sessões de abril de 1994, publicou-se um documento (*América Latina e Caribe: políticas para melhorar a inserção na economia mundial*) que chamava a atenção para os riscos do modelo mexicano, que entraria em crise em dezembro daquele ano. Este documento quebrou o consenso reinante, pois as declarações até então eram em geral favoráveis à economia mexicana.

Baumann não concorda que a CEPAL tenha perdido nos anos 90 a ousadia de suas primeiras formulações. Segundo ele, é injusto se esperar de uma comissão econômica das Nações Unidas textos mais incisivos, contundentes, como seria do agrado de muitos acadêmicos. A linguagem asséptica de seus documentos decorre do dever de ofício da organização, visando sua própria sobrevivência. São textos pasteurizados, “padrão- Nações Unidas”, que são preparados num plenário de 42 países. Desde o início da CEPAL, quando a América Latina despertou enquanto categoria de análise, seus documentos tratam o continente como um todo homogêneo, mesmo reconhecendo que existem peculiaridades entre os países da região. Conclui

afirmando que essa pasteurização acaba se tornando uma limitação para a CEPAL, enquanto formuladora mais provocativa.

4.3 Entrevista com Gerson Gomes

Gomes afirma que para entender a aproximação da CEPAL das teses do reformismo liberal é preciso analisar três fatores convergentes e determinantes: a derrota do movimento popular na América Latina, as mudanças institucionais internas e no plano internacional, e as novas relações entre os EUA e o continente latino-americano. Primeiramente, deve-se observar o impacto da desarticulação da base social do modelo desenvolvimentista (as massas urbanas organizadas) sobre o pensamento cepalino, que estava associado ao processo de fortalecimento do movimento sindical. A partir de então, com a ascensão das ditaduras militares na região, as idéias da CEPAL passaram a ser antagonizadas pela direita de maneira explícita.

No Brasil, isso ocorreu após o golpe de 1964 quando a ditadura, apesar de ter sido estatizante e continuar com o processo substitutivo, praticamente banuiu a CEPAL. Segundo Gomes, o processo de isolamento só não foi maior porque a CEPAL tinha feito um trabalho muito intenso no país, desde o convênio com o então BNDE, passando pelo trabalho de Celso Furtado no Nordeste, a multiplicação do número de pessoas que passaram por sua formação, etc. Apesar desse afastamento, a organização conseguiu manter a sua influência. Entretanto, o desenvolvimentismo pós-64 não foi um desenvolvimentismo cepalino, no sentido das propostas cepalinas clássicas.

Ao comentar sobre a agitação política ocorrida na América Latina nos anos 60 e 70, Gomes observa que o ambiente de radicalização da época resultou na diminuição do espaço para as posições mais moderadas. Isso atingiu diretamente a CEPAL que, ao contrário dos grupos e organizações de esquerda, se limitava a contestar o modelo econômico vigente, mas nunca o sistema. Ele lembra que no Chile, depois do golpe de Pinochet, os militantes de direita jogavam pedras nos carros das Nações Unidas, particularmente nos da CEPAL, agindo conforme a lógica do “quem não está do meu

lado está com o inimigo”. Ao longo da década de 70, a convergência entre o avanço dos regimes antidemocráticos no continente, o choque do petróleo e a súbita elevação da taxa de juros americana tiveram forte influência na mudança de postura da CEPAL. A organização pareceu sentir-se encurralada e para sobreviver passou por transformações a partir de sua cúpula. Isso teve reflexos sobre a linguagem estruturalista que, a partir de Iglesias, se tornaria ainda mais ambígua do que já era.

Desde então, a CEPAL sofreu profundas modificações em suas formulações e análises sobre o desenvolvimento. Nos anos 50 e 60, o debate sobre desenvolvimento estava imbuído de certos valores éticos, não se limitando à estrita racionalidade econômica. Segundo Gomes, não se pensava em eficiência nos termos da economia mercantil clássica, mas em termos de eficiência social, que envolvesse mudanças sociais e reformas estruturais. Trata-se de um momento em que crescimento e desenvolvimento eram sinônimos. Do pós-guerra até o início dos anos 70, houve uma combinação entre altos níveis de crescimento com taxas de inflação relativamente moderadas, padrão que se inverteu nos últimos anos. Vê-se que o debate entre crescimento e estabilidade não é tão moderno como alguns economistas fazem crer. Naquela época, quando a CEPAL analisava o crescimento latino-americano estava, na realidade, se referindo aos países do Cone Sul (Brasil, Argentina e Chile) e um pouco ao México. Isso era decorrência das experiências pessoais daqueles que estavam à frente da organização naquele momento.

Uma das mudanças mais significativas do ponto de vista institucional, tanto em nível nacional como internacional, foi a gradual substituição do conceito de planejamento pelo de projeto. De acordo com Gomes, a visão da CEPAL em relação à intervenção do Estado, cuja expressão mais acabada era a idéia de planejamento, começou a ser desfeita nos anos 70, se aprofundando nas duas décadas seguintes. Ocorreu um retrocesso na formulação de planos mais integrados, dotados de uma perspectiva estratégica mais clara, e o projeto começou a aparecer como uma coisa prática. Não se chegou a desmontar totalmente o planejamento, mas se iniciou os primeiros passos para a ofensiva neoliberal que viria depois, com a prevalência do mercado como elemento hegemônico na condução do processo de alocação/acumulação de recursos. O projeto foi o passo inicial, pois ele debilitava a

força do planejamento e, conseqüentemente, do Estado. A experiência de planejamento do Chile (no governo da Unidade Popular) foi exemplar e emblemática e por isso teve que ser destruída, em virtude do perigo que representava.

Ao viajar pela América Latina no final dos anos 80, Gomes disse que lhe chamou a atenção como as mudanças ideológicas, na hegemonia do pensamento, começavam a se materializar nas estruturas institucionais. Ele observou que estavam surgindo secretarias de política econômica fora da estrutura do aparelho estatal. Através destes órgãos se canalizavam os recursos vindos do exterior e se prestava assessoria técnica, numa espiral que visava priorizá-los em detrimento dos organismos responsáveis pelo planejamento. Então, as mudanças em relação à intervenção do Estado na economia envolveram duas fases: a primeira significou a substituição de planejamento por projeto, e a segunda, de projeto por política econômica. Tudo isso foi conseqüência da crescente hegemonia do pensamento neoliberal e suas implicações sobre o desmonte do aparelho estatal.

No âmbito das instituições internacionais⁹ esse processo foi coordenado pelo Banco Mundial e pelo PNUD¹⁰. No passado, o PNUD, enquanto agência financeira, coordenava os programas operativos repassando os recursos para os organismos setoriais, que tinham total autonomia na elaboração dos projetos. Segundo Gomes, o mais grave é que com o avanço do neoliberalismo nos anos 80, o PNUD foi adquirindo força no seio das Nações Unidas, deixando de ser um mero repassador de dinheiro. Ao concentrar as finanças e ter poder de decisão sobre a alocação dos recursos ficou mais fácil, a partir dele, controlar os focos de rebeldia das agências setoriais que ainda insistiam numa proposta desenvolvimentista, estruturalista ou reformista. As três organizações que mais sofreram com estas mudanças foram a OIT¹¹, UNESCO¹² e FAO, por defenderem posições mais pró-reformas estruturais.

⁹ O BID também foi caudatário das propostas de descentralização do setor público, ao defender a municipalização dos recursos oficiais e a mobilização de organizações não-governamentais, em sua maioria estrangeiras. De acordo com um assessor da presidência do banco, esta seria a única forma de superar as burocracias nacionais, vistas como obstáculo por excelência à modernidade (Batista, 1994).

¹⁰ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é, dentro do sistema ONU, a principal fonte de assessoramento, promoção e subsídios no que concerne ao desenvolvimento. Suas seis esferas de trabalho são: governabilidade democrática; redução da pobreza; prevenção de crises; energia e meio ambiente; tecnologia da informação e comunicações; e combate à AIDS.

¹¹ A OIT (Organização Internacional do Trabalho) é a agência especializada da ONU responsável pela promoção da justiça social e pelo reconhecimento internacional dos direitos laborais e humanos. Foi

Assim, o PNUD e o Banco Mundial tornaram-se hegemônicos no sistema da ONU, passando a atuar juntos com objetivo de deslocar o eixo das decisões econômicas dos ministério de planejamento para as recém criadas secretarias de política econômica. Isso foi feito tanto em nível global quanto setorial da economia. Por serem portadores dessa visão de redução do Estado e do fortalecimento dos mecanismos de mercado, os novos órgãos passaram a gozar de intensa cooperação, de caráter financeiro e técnico, daqueles organismos multilaterais.

Essas organizações ajudaram a consolidar o chamado “pensamento único”, ao associar a canalização de recursos à difusão de uma ideologia e à criação de novas instituições dentro dos países. Houve também um processo de substituição dos antigos cursos da CEPAL, que trabalhavam numa linha, por outros. Segundo Gomes, a redefinição cepalina sobre o papel do Estado pode ser expressa na seguinte síntese simplificadora: substituiu-se a antiga oposição entre Estado e mercado pela convergência entre ambos¹³. Passa-se a aceitar a redução da intervenção estatal na economia e as privatizações como algo necessário, mas se evitando a entrega de todas as decisões da área econômica para o mercado. O antigo Estado desenvolvimentista deixa de ser o agente indutor do desenvolvimento para se limitar a corrigir os excessos do mercado. Ou seja, reconhece-se que o Estado é um mau alocador, mas que o mercado auto-regulado também é ruim. Daí a necessidade das políticas compensatórias, cuja finalidade é evitar que o funcionamento “espontâneo” do mercado gere tensões capazes de ameaçar a própria existência do modelo liberal. Assim, a CEPAL afastou-se do Estado desenvolvimentista, porém sem aceitar a tese do Estado mínimo.

fundada em 1919 e é a única instituição remanescente do Tratado de Versalhes e da Liga das Nações, tendo se tornado uma agência das Nações Unidas em 1946.

¹² A UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) foi criada em 1946 com o objetivo de promover a cooperação entre os Estados nos campos da educação, ciência, cultura, ciências sociais e comunicação; combater o analfabetismo; promover a salvaguarda do patrimônio cultural e a liberdade de informação e de comunicação. Há algum tempo atrás, quando a UNESCO propôs a criação de uma nova ordem internacional da informação, o governo dos EUA reagiu desligando-se da organização (Guimarães, 2000).

¹³ “(...) se logró superar, en un grado importante, falsos dilemas referentes a la relación industria-agricultura, mercado interno-mercado externo, Estado-agentes privados y planificación-mercado” (TPE, 1996, p.11).

Gomes acha que a agenda da TPE ficou aquém de uma estratégia reformista. Considera que o programa contido no documento foi um retrocesso, pois a CEPAL continuava tratando de algumas questões estruturais (distribuição de renda, vulnerabilidade externa), mas de maneira muito limitada, aceitando as novas regras do jogo. Isso talvez tenha sido resultado do contexto em que a TPE foi escrita: no final da década de 80, o avanço do neoliberalismo parecia avassalador, inexorável, sobretudo após a cooptação da social-democracia e da derrocada do socialismo real. A sensação que o documento provocou nele era que se tratava de uma tentativa de salvar alguns dedos numa realidade que era absolutamente antagônica a esta salvação.

Gomes considera a TPE uma boa análise, mas enquanto proposta deixou muito a desejar. Essa contradição costuma acontecer com frequência nesses períodos, quando as propostas não guardam relação com uma análise acurada da realidade. Para ele, não houve nem transformação produtiva, no sentido empregado pela CEPAL, e muito menos equidade. O que ocorreu foi um aprofundamento das distâncias (entre os países e dentro de cada um deles), piora da nossa inserção internacional e aumento da concentração de capital.

4.3.1

Entrevista com Maria da Conceição Tavares

De acordo com Tavares, a TPE foi uma agenda proposta tendo em vista a transição democrática do Chile. Era uma espécie de programa para o Partido Socialista chileno na véspera da eleição de 1989, que elegeria o governo da Concertación, aliança que ainda hoje envolve o Partido Socialista e a Democracia Cristã. A linguagem do documento procura não entrar em choque com os diversos segmentos da burguesia (industrial, agrícola, financeira e imobiliária), pois já bastavam os militares do outro lado, que nunca permitiriam uma transição completa para a democracia (a atual constituição chilena foi elaborada em 1980, em plena ditadura Pinochet). Além disso, a TPE assume o compromisso de realizar os ajustes macroeconômicos para não contrariar os organismos financeiros internacionais. Todos esses fatores contribuíram para o caráter ameno do documento.

A TPE foi elaborada sobre o desastre que representou a década de 80, que destruiu a balança de pagamentos de muitos países. O documento faz um diagnóstico correto da “década perdida”. Tratava -se de uma tentativa de criar uma esperança para os anos 90, consciente de que as questões estruturais estavam tolhidas pelo lado do ajuste fiscal e da balança de pagamentos. Segundo Tavares, Fajnzylber tinha consciência da importância das questões estruturais, mas reconhecia a magnitude das barreiras impostas pela conjuntura. Estava ciente que a transferência de renda com o pagamento da dívida externa seria uma barbaridade. Atualmente, as questões conjunturais ainda obrigam as autoridades a concentrar sua atenção no âmbito da política econômica de curto prazo, postergando propostas de mais longo prazo.

Para Tavares, Fajnzylber sabia o que tinha que fazer: livrar-se das políticas ultraliberais da ditadura. Por isso, a TPE tinha que ser uma agenda aceitável para as diversas camadas da burguesia, para evitar que elas se alinhassem com os militares. Ao mesmo tempo, o projeto recusava-se a atender os desígnios dos EUA, que era desestatizar o cobre. Nesta questão, buscava-se o apoio dos militares. Assim, foi uma estratégia inteligente que procurou equilibrar-se entre estes dois setores da sociedade chilena. Se a TPE não estabelecesse uma ampla aliança desde o início a Concertación não conseguiria governar, ficando sob ameaça permanente.

Segundo Tavares, a TPE tem duas partes: a primeira trata dos equilíbrios macroeconômicos e é completamente ortodoxa; a segunda aborda a transformação produtiva com equidade. Para ela, a primeira parte entra em contradição com a segunda, pois é impossível querer manter o equilíbrio macroeconômico e ao mesmo tempo buscar o desenvolvimento, o crescimento, a geração de empregos, etc. A TPE não pretendeu enfrentar o que já havia sido feito, mesmo porque não teria condições de desfazer nada. Então, tentou-se fazer uma coisa nova que foi bem sucedida: aprofundou-se algo que já estava em curso, que eram as transformações produtivas do *agrobusiness*, ou seja, uma indústria orientada “para trás” (setor primário). Observe - se o seguinte trecho: “*Se procura avanzar desde la ‘renta perecible’ de los recursos naturales hacia la ‘renta dinámica’ de la incorporación de progreso técnico a la actividad productiva*” (TPE, 1996, p.14). Ao analisar esta passagem, Tavares disse que a “atividade produtiva” mencionada no documento se refere às atividades

produtivas ligadas aos recursos naturais. De acordo com ela, este modelo não poderia ser proposto a nenhum outro país latino-americano. Logo, a TPE não foi uma proposta para o continente; trata-se de uma agenda para o Chile, mas como se fosse destinada a toda América Latina.

A transformação produtiva com tecnologia nova embutida na indústria voltada para os recursos naturais era um processo que estava ocorrendo desde os anos 80. Quando começa a década de 90, as vinícolas, a indústria de papel e celulose, a indústria pesqueira, a agricultura, etc, já tinham se modernizado, aumentando sua produtividade e competitividade internacional. Segundo Tavares, o Chile tem vantagens absolutas sobre esses recursos naturais processados industrialmente. Não se trata de vantagens competitivas ou de um contexto internacional que o beneficie. Este país andino é extremamente competitivo e seus produtos de exportação são complementares à economia dos EUA. Então, o programa da TPE foi montado sobre as transformações produtivas ocorridas, agregando-se a idéia de equidade.

Outra característica do modelo chileno é o lugar ocupado pelo cobre, que continua sendo o elemento central tanto para os sistemas tributário e fiscal como para o setor exportador. Devido à enorme dependência fiscal do produto, os militares nunca abriram mão dele¹⁴. De acordo com Tavares, enquanto todos os preços das *commodities* despencaram nos anos 80 o do cobre manteve-se elevado, sustentando o crescimento da economia chilena na década seguinte¹⁵.

Tavares observa que não há nada de inédito na proposta cepalina de abertura comercial, sobretudo no caso do Chile, que já havia aberto sua economia desde 1973. No México, por exemplo, esse processo ocorreu através do Nafta¹⁶, que é mais um acordo de proteção aos investimentos do que uma área de livre comércio. No restante

¹⁴ Não foi por acaso que o bom desempenho da economia chilena tenha tido como um de seus apoios fundamentais a preservação da estratégica indústria do cobre nas mãos do Estado. Este produto, que foi estatizado durante os governos Frei e Allende, produz cerca da metade da renda de exportações. Tal fato foi cuidadosamente omitido pelos teóricos do Consenso de Washington, dado que o mesmo é incompatível com os preceitos que recomendam privatizar toda a propriedade pública por ser ineficiente e inflacionária (Borón, 1996).

¹⁵ Ver *Cuadro II. 2- America Latina y el Caribe: indices de precios de los principales productos basicos de exportación, 1981-1989* (CEPAL, 1996, p.25).

¹⁶ O Nafta (North America Free Trade) é um acordo de livre comércio envolvendo o Canadá, os EUA e o México, que entrou em vigor em 1994 e que tem como objetivo estabelecer, num prazo de 15 anos, uma zona de livre comércio entre aquelas nações (Guimarães, 2000).

do continente a abertura econômica ocorreu entre o final da década de 80 e princípios da seguinte. Como o Chile já tinha uma economia aberta há quase duas décadas, a única abertura que poderia prejudicá-lo era a financeira, mas o país teve a coragem de propor uma quarentena, evitando uma sobrevalorização cambial. Além disso, o Chile nunca adotou regime de câmbio fixo (como a Argentina) nem âncora cambial (como o Brasil), nem estava com uma taxa de câmbio sobrevalorizada em 1994 (ano da crise mexicana).

Segundo Tavares, o processo de privatização chileno foi feito de forma mais lenta, enquanto o da Argentina foi muito rápido e o do Brasil só começaria nos anos 90. Os casos argentino e mexicano foram um desastre. O Chile teve duas características que o diferencia do resto do continente: em primeiro lugar, por razões que não dependeram do país, mas do mercado internacional, o preço do cobre ficou elevado quando os das demais matérias-primas caíram; em segundo, o país aprofundou a transformação produtiva no *agrobusiness* e nos recursos naturais. Entretanto, os chilenos e argentinos não imaginavam que haveria o desmonte das políticas sociais universais, com a decadência dos sistemas de saúde, de educação e previdenciário. Isso foi uma tragédia para essas países que não eram tão desiguais e passaram a ser. Até os anos 50, Argentina, Chile e Uruguai tinham políticas públicas universais de alto nível¹⁷. Estas mudanças representaram uma ruptura com o passado consensual entre a direita e a esquerda na defesa daquelas políticas. Paradoxalmente, hoje é o Brasil que mais tem resistido à focalização das políticas sociais. Fajnzylber acreditava que, através da TPE, seria possível planejar melhor as transformações produtivas em curso mantendo as políticas universais chilenas em educação e saúde. Isso porque ninguém tinha a menor idéia da liberalização financeira que ocorreria nos anos 90, nem que prevaleceria a tese do Estado mínimo.

Para Tavares, a TPE não apenas não contesta a agenda do Consenso de Washington como utiliza os mesmos princípios gerais, sobretudo em matéria de

¹⁷ Estas três nações do Cone Sul foram exceções no desenvolvimento latino-americano do pós-guerra. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, eles eram os três países de maior renda per capita na América Latina, gerando cerca de 1/3 do PIB da região com apenas 17% da população. Entre 1945 e 1975, o PIB desses três países cresceu apenas à taxa de 3,5%, enquanto no resto do continente cresceu à taxa anual de 6,2%. Assim, em meados dos anos 70, enquanto a Argentina ainda mantinha sua posição de mais elevada renda per capita da América Latina, o Chile caía de terceiro para sétimo e o Uruguai de segundo para quinto (Ramos *apud* Gonçalves et al., 1998, p.77).

políticas macroeconômicas. Trata-se do Consenso de Washington “àbrandado”. Segundo ela, a TPE não é um documento de pensamento estrutural, mas uma agenda de estratégia acomodativa às restrições então existentes. A TPE busca o caminho de menor resistência, mas sem propor nenhuma reforma tributária e fiscal de caráter estrutural, imposto sobre a riqueza, sobre o capital, imposto de renda progressivo, etc. O enfraquecimento dos serviços públicos universais afetou bastante as questões distributivas, que passaram a ser tratadas sob novo prisma, com outra linguagem: passou-se a apregoar a abertura da economia para aumentar a competitividade; desse modo, aumentar-se-ia a produtividade e através dela os salários. Entretanto, a desarticulação dos sindicatos impede que isso ocorra, levando a uma maior concentração de renda. Atualmente, até o Banco Mundial está concordando que tal concentração torna as economias mais vulneráveis.

De acordo com Tavares, quando é para criticar a CEPAL sempre foi corajosa. Reconhece, porém, que hoje em dia está muito difícil propor uma política estrutural para a América Latina, um continente em pedaços, sobretudo a partir da crise da dívida externa. Ao contrário da proposta de industrialização dos anos 50, a TPE não tem validade geral. Como naquela época havia escassez de dólares, pouca entrada de capitais e os preços das matérias-primas estavam caindo, a solução passava necessariamente pela industrialização. Atualmente, deve-se usar o método histórico-estrutural para cada país e não para toda a região.